



REVISTA ESPERANÇA GARCIA

ISBN: 978-65-00-82363-9.

revista.esperanca.garcia@pcs.uespi.br

A psicologia social comunitária enquanto ferramenta conscientizadora

COMMUNITY SOCIAL PSYCHOLOGY AS A TOOL FOR RAISING AWARENESS

Letícia Toshie Miyazaki de Sousa¹
Leonardo Sales Lima²

RESUMO

O presente trabalho busca resgatar historicamente a comunidade e como a Psicologia se insere na mesma, diferenciando os termos que guiaram a formulação da área epistemológica que atualmente chamamos de Psicologia Social Comunitária. Para tal, debruça-se sobre a diferenciação entre os termos Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e a Psicologia Social Comunitária. Nesse sentido, realiza-se um aprofundamento teórico a respeito das teorias e fazeres acerca desta última na América Latina numa perspectiva transformadora e conscientizadora para a classe trabalhadora, distanciando-se do tradicional espaço individualista da ciência psicológica.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Psicologia Crítica; Psicologia na América Latina.

ABSTRACT

This paper seeks to historically recover the community and how psychology fits into it, differentiating the terms that guided the formulation of the epistemological area that we currently call Community Social Psychology. To this end, it looks at the differentiation between the terms Psychology in the Community, Community Psychology and Community Social Psychology. In this sense, we delve into the theories and practices of the latter in Latin America from a transformative and conscientizing perspective for the working class, distancing ourselves from the traditional individualistic space of psychological science.

Keywords: Community Social Psychology; Critical Psychology; Psychology in Latin America.

¹ Graduada em psicologia, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), psi.miyazaki@gmail.com.

² Mestre em Ciências e Saúde, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), leonardosales@ccs.uespi.br.

1. INTRODUÇÃO

Discutir sobre comunidades e tudo que envolve esse grande campo vivencial é extremamente complexo; defini-la, então, é uma tarefa realmente árdua, pois está intrinsecamente ligada aos movimentos da conjuntura social, histórica e econômica de cada sociedade. Para Esposito (2003, apud Lazzari et al., 2016) a palavra "comunidade" tem origem no termo *communitas*³, cuja formação é integrada por "cum" (estar junto) e "munus" (dever, obrigação e retribuição), tendo como significado a relação com os demais, sem estar atada à reciprocidade de deveres ou obrigações.

Historicamente, o termo comunidade foi entrelaçado ao de comunitarismo⁴ a partir do desenvolvimento da sociedade moderna, sendo usada concomitantemente com projetos revolucionários e conservadores, de esquerda e de direita (Schmidt, 2013 apud Lazzari et al., 2016). A compreensão sociológica de comunidade vem de encontro com a ideia da primeira forma de grupos humanos em que havia a partilha de papéis de forma harmônica, onde a comunidade era posta num nível superior às individualidades. Enquanto utilização e apropriação de seus significados, ao longo do tempo ela já foi utilizada em sua forma negativa, como significado de atraso, barbárie e conflitos (Yamamoto, 2007).

Essa foi a forma que os Estados encontraram para o fortalecimento de uma noção unitária, legitimando sua dominação acima de outros territórios, como reafirma (Lazzari et al., 2016). Percebe-se, dessa forma, que agrupamentos humanos eram vistos como algo selvagem e ultrapassado, abaixo do que o ideário europeu considerava ser uma sociedade.

³ A palavra comunidade, em latim, se chama *Communitas*. Espósito (2007) extrai dela seus dois radicais: cum (além de mim) e munus, que se apresenta com mais três significados: onus, officium e donum. Nesse sentido, donum tem o mesmo conjunto semântico que indica dever, obrigação e dívida. Após reflexão a respeito do conceito de comunidade, Espósito (2007) conclui que se donum (munus) é uma doação obrigatória, cum é a presença insistente de um outro. Assim, cum + munus (*communitas*) é um tipo de relação que o sujeito se doa de forma incondicional ao outro (Yamamoto, 2013).

⁴ Para Schmidt (2011), o termo comunitarismo tem origem em 1841, por Barmby, fundador da Associação Comunitarista Universal. No século XIX, seu significado era "membro de uma comunidade formada para pôr em prática teorias comunistas ou socialistas". Schmidt (2011), entretanto, utiliza o significado trazido por Etzioni (2007) em que o comunitarismo é o pensamento que se preocupada fundamentalmente com a comunidade, não com o mercado ou o Estado. Destarte, é o pensamento que dá destaque à comunidade na construção de uma boa sociedade.



Lazzari et al., (2016), especificam ainda que, durante o período iluminista, essa visão foi perdendo força e espaço, principalmente na virada do século XIX para o XX, para uma perspectiva em que se valorizava o retorno dos sujeitos às suas raízes, o que embasou os princípios comunistas⁵ de uma luta por igualdade entre classes.

Nas fábricas, Bauman (2003 apud Lazzari et al., 2016), explica que o capitalismo⁶ tentou inserir o ideário de comunidade enquanto sinônimo de trabalho em equipe, incentivando os operários a maximizar a produção. Porém, não foi com o intuito de renascer o bom sentimento que as comunidades traziam; pelo contrário, nunca buscaram melhorar as condições de trabalho do proletariado, apenas aumentar a qualidade da produtividade.

De acordo com a grande estudiosa do tema, Sawaia (2002), a comunidade só veio a ser melhor discutida na década de 70 em todo o âmbito das ciências humanas. Nessa época, a comunidade surgiu como parte de uma inquietação acerca do papel das ciências sociais e o discurso da neutralidade científica. Oberg (2018) adiciona que também foi nessa década que a comunidade começou a ser debatida na Psicologia Social Comunitária, numa busca de superação da percepção sociológica da época que traziam definições dicotômicas ou naturalizantes, no sentido de percebê-la como algo perfeita ou autoritária; um não-lugar ou utopia. Reforçando, dessa forma, um caráter à parte da história e da crítica.

Percebe-se, então, que existem várias concepções acerca do que é comunidade, como aponta Souza (1996), que inicialmente foi concebida como algo localizado geograficamente, no sentido de associação de grupos que interagem num determinado espaço ou área com interesses em comum. Para Campos (1996), a comunidade é o lugar onde é vivida grande parte da vida cotidiana das pessoas. No entanto, a noção mais atual leva em consideração a repercussão social desses grupos ao determinar que é preciso que exista uma identificação

⁵ Comunistas são pessoas que seguem o Comunismo, que é um sistema ideológico, filosófico, social, econômico e movimento político que objetiva a implementação de uma sociedade comunista, estruturada a partir da propriedade comum dos meios de produção, igualitarismo, ausência de classes sociais e Estado.

⁶ O capitalismo é um sistema onde todos os bens e serviços são produzidos para o mercado e obtidos através dele. Dessa forma, é um modo de organizar a economia, sendo definida em: propriedade privada dos meios de produção, mercado de trabalho e troca de produtos num mercado visando o lucro a partir da exploração da mão-de-obra de operários.



partindo dos grupos e seus subgrupos, em que haja o compartilhamento de interesses e objetivos semelhantes, seja no sentido cultural ou de classe.

Nesse sentido, esses interesses e situações em comum criam novas circunstâncias onde essa identidade, seja enquanto classe, etnia, gênero, entre outros, os permeiam no cotidiano. Podemos citar como exemplo as questões de transporte, moradia, educação, saúde e lazer, intrinsecamente relacionadas a uma relação de exploração dessas pessoas no sistema capitalista.

À vista disso, segundo Souza (1996) a comunidade é:

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns (p. 68).

Sawaia (2002) acrescenta que a comunidade, no final do milênio, surge como um processo de enfrentamento à globalização, que se contrapõe à ideia de vida compartilhada e solidária, implementando valores capitalistas e individualistas. Na psicologia, a comunidade entrou como um corpo teórico ligado ao método experimental com o objetivo de integrar indivíduos e realizar estudos sobre grupos. Na área clínica (Sawaia, 2002), ela foi introduzida como uma forma de humanizar o atendimento às pessoas com sofrimento mental, ganhando força através de políticas desenvolvimentistas disseminadas por dispositivos internacionais com um viés de prevenção de doenças e educação popular sob o escopo do Estado.

Os profissionais que atuavam na comunidade se inspiravam numa perspectiva que se debruçava mais sobre a análise social da subjetividade, entre as quais se destacam, as teorias psicológicas de autores como Lewin, Goffman, Moffart, Reich, Bleger, Moscovici e outros (Sawaia, 2002).

Ocorre, ainda nos anos 1970, uma revigoração dos movimentos sociais que discutiam três matrizes de pensamento: a Teologia da Libertação com as comunidades eclesiais de base, o Marxismo, vindouras das associações de bairro juntamente à Educação Popular de Freire e o surgimento de novas formas de sindicalismo. Mudou-se o foco da psicologia comunitária que era mais interessada numa análise do social e distanciadas da população para uma área de



conhecimento voltada à serviço do povo, visando a conscientização a fim de superar a exploração e dominação imperialista (Montero, 2002; Sawaia, 2002).

Em concomitância, por conta dessas transformações epistemológicas e a aproximação com um ideário revolucionário, ocorre a ruptura da ideia de uma comunidade passiva e sem transformações, dando lugar a um modelo latino-americano (Oberg, 2018). Em suas práticas de intervenção, utilizam-se do materialismo histórico dialético de Karl Marx e os conceitos de ideologia, hegemonia e intelectual orgânico⁷ de Antonio Gramsci.

Percebe-se, através desse pequeno retrato histórico, que as várias mudanças e percepções sobre comunidade a impede de ser um conceito fechado e consensual entre autores, pois defini-la é tirá-la do espaço político e social que ela ocupa. Porém, para a conceituação do presente trabalho, tomaremos como uso uma significação da comunidade de forma mais abrangente, a qual permeia a conjuntura da sociedade capitalista em que se institui.

Essa designação vem de Sawaia (2002) através de uma perspectiva marxista, apresentando-nos a comunidade enquanto um:

Lugar que reúne pares da classe trabalhadora, considerada o agente social capaz de realizar a intencionalidade prática da teoria crítica, isto é, a negação da exclusão no capitalismo mantida pela exploração da mais-valia e pela alienação do homem do produto do seu trabalho (p.46).

Destarte, ela representa, historicamente e politicamente, o enfrentamento de valores coletivistas para uma sociedade igualitária e justa contra as ideias individualistas e privadas. Oberg (2018) reafirma esse ponto de vista, expondo que:

[...] a dimensão política do termo comunidade, a compreensão de que o individualismo é um entrave para o fortalecimento dos laços sociais e que os mesmos são conflitivos numa sociedade capitalista (p. 712).

⁷ Para Gramsci (1978), a política, economia, cultura e filosofia são parcelas orgânicas, ou seja, inseparáveis dentro da realidade. Destarte, o intelectual orgânico é o sujeito que, ao contrário do ideário conservador do intelectual tradicional, cujas reflexões podem ser atravessadas pelos interesses da classe dominante, carrega e permanece ligado às raízes de sua classe social (Soler, 2017). Participa ativamente dos setores da sociedade, buscando a conscientização coletiva das classes oprimidas e transformando-se em uma espécie de porta-voz da mesma.



Na contemporaneidade, junto ao crescente uso da tecnologia e das redes sociais, o mesmo autor ainda se refere aos espaços mesclados e formados a partir de movimentos sociais de rede, online ou em espaços urbanos, chamados de "comunidades instantâneas".

Portanto, como afirma Sawaia (2002), é preciso tomar alguns cuidados ao trabalhar comunidade enquanto conceito e a necessidade de refletir sobre seu conceito e a elucidação de seu significado, pois sua abrangência de sentidos a torna passível de ser usada em discursos neoliberais ou até mesmo de limpezas étnicas e culturais.

2. A PSICOLOGIA NA COMUNIDADE, A PSICOLOGIA DA COMUNIDADE E A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

A Psicologia sempre esteve atada às transformações históricas, sociais e políticas. Seu surgimento, sua delimitação enquanto campo científico, suas teorias e práticas em nosso país também seguem essa lógica - na maioria das vezes neoliberal e exportada de outros países - e, enquanto forma de resistência, nascem-se campos de estudo dedicados a avaliar essas conjunturas e fazer um melhor retrato da realidade concreta (Antunes, 2014).

Para compreendermos como a Psicologia se insere nas comunidades, se faz necessário o aprofundamento histórico de três termos: Psicologia na Comunidade, a Psicologia da Comunidade e a Psicologia Social Comunitária. São três Campos que, embora sejam muito semelhantes em suas formações e contextos no qual foram construídas, delimitam Campos diferentes.

Quando o Brasil passou a ser uma República, iniciou-se o desenvolvimento de sua economia tendo como base a agricultura comercial exportadora, principalmente relacionada à produção de café (Antunes, 2014) o que possibilitou, posteriormente, o processo de industrialização. Durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, através do Estado Novo, passávamos por uma industrialização tardia, ou seja, o processo estava sendo realizado um século depois do nascimento das primeiras indústrias na Europa.

O modelo agropecuário, regente na época, estava se transformando no agroindustrial, sendo necessária uma mão de obra mais propícia aos processos das fábricas, como o manejo de



máquinas e ferramentas (Campos, 1996). Esse governo foi sustentado através da força repressiva do Estado e com concessões para os oligarcas rurais, o que causou um desenvolvimento parcial da economia e da sociedade, deixando os trabalhadores rurais desamparados e desprotegidos quanto à legislação.

É nessa conjuntura que começam a ser criados os projetos de caráter educacional e assistencial (Ammann, 1980 apud Campos, 1996), coordenados e sob responsabilidade do Estado, o qual tinha por objetivo capacitar a classe trabalhadora para cumprir papéis que o novo modelo econômico industrial exigia. Esses trabalhos atendiam aos interesses da burguesia, caracterizando-se como paternalistas e assistencialistas (Wanderley, 1993 apud Campos, 1996).

Na década de 1950, comandada por Juscelino Kubitschek, o país enfrentou o Plano de Metas "50 anos em 5", que causou um grande crescimento nos setores da economia, industrialização nas grandes metrópoles brasileiras, bem como a construção de Brasília enquanto capital federal. Ao mesmo tempo, a região Nordeste ficou de fora desse desenvolvimento, que foi concentrado apenas no Sudeste, gerando, junto a isso, o crescimento da inflação, desemprego e disparidades sociais que tornaram-se ainda piores na década seguinte (Campos, 1996). Em seguimento, a década de 60 foi caracterizada, dentro da América Latina, pelo processo de repensar os debates e a inclinação aos movimentos populares, bem como a recuperação "das tradições teóricas rebeldes, confiando e afirmando a experiência, a palavra, as capacidades e conhecimentos populares, reconstruindo sua condição epistemológica" (Farfán, 2022, p.67).

Em nosso país, a década foi marcada, principalmente, por protestos por direitos básicos das ligas camponesas e greves nos setores de produção, enquanto o desemprego e a inflação aumentaram desgovernadamente (Campos, 1996). Nesse sentido, houve inúmeras tentativas de projetos das áreas educacionais no que diz respeito ao progresso de uma consciência crítica na classe trabalhadora, a fim de recuperação de protagonismo no processo social.

A figura central desses projetos educacionais foi o pedagogo Paulo Freire, com sua Pedagogia da Libertação (1974), utilizando-se da metodologia da educação popular para alfabetizar inúmeros trabalhadores rurais. Como metodologia, ele usava figurações cotidianas para uma melhor assimilação da linguagem escrita, enquanto que resgatava as identidades desses

operários enquanto seres históricos e sociais (Lane, 1996) e utilizavam a alfabetização como instrumento dessa conscientização.

Entretanto, nesse período desembocou o Golpe Militar em março de 1964, acarretando no retrocesso desses projetos populares. A partir dessa década (Freitas, 2007), que foi rodeada pela miséria e os grandes cinturões de pobreza nas grandes metrópoles do Brasil, repressão política e cultural, houve a migração da classe trabalhadora para locais considerados arriscados e insalubres, formando as enormes favelas e vilas.

No campo da Psicologia, houve o descontentamento de estudantes e professores de grandes centros urbanos que trabalhavam em setores das classes mais populares, com a psicologia hegemônica, caracterizada por modelos individualistas e elitistas (Cruz et al., 2014), suscitando a produção dos primeiros tripés da Psicologia Social Comunitária.

Nesse contexto histórico, com o reconhecimento da Psicologia enquanto profissão, suas práticas foram permeadas e guiadas por teorias norte-americanas, estruturando-se em locais elitistas e com caráter controlador, punitivo e visando a produtividade, atuando em consultórios, manicômios, grandes organizações e escolas (Lane, 1996; Freitas, 2007).

Foi somente alguns anos mais tarde, ainda na mesma década e na seguinte, que houve um processo de deselitização da profissão (Freitas, 2007) quando psicólogos buscavam uma aproximação com a população mais pobre, ganhando significação política mobilizadora e uma mudança social. Nesse contexto, nasceram os três termos que dão nome a essa subseção (Psicologia na Comunidade, a Psicologia da Comunidade e a Psicologia Social Comunitária).

De forma a elaborar uma linha histórica concisa, explicaremos as três nomenclaturas a partir de seus surgimentos cronológicos, seguindo, respectivamente, a sequência titular.

O termo “Psicologia na Comunidade” é usado pela primeira vez no Brasil, em um livro publicado por um grupo de psicólogos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Como explicita Andery (1984), essa diz respeito ao deslocamento lento da Psicologia de seus locais tradicionais, como sala de experimentos, discussões dentro dos muros acadêmicos, tais como o setor empresarial de gestão de pessoas, o consultório particular, entre outros.

Essa psicologia é na comunidade porque demonstra uma práxis de inserção ativa, buscando se aproximar dessas pessoas onde elas estão, vivem e se organizam; seja nos bairros mais



distantes, no meio rural, em comunidades quilombolas, indígenas, instituições populares, entre outros.

Essa inserção, como explana Andery (1984), tem como combustível o fato de que nesses locais, a presença da psicologia é escassa e negligente, fazendo com que haja uma privação de acesso desses grupos aos trabalhos que a ciência psicológica pode proporcionar. Rompendo com a forma dominante e tradicional que dominava o cenário psicológico da década de 1950, onde se trabalhava unicamente através de uma perspectiva individualista e distante da realidade concreta do sujeito, a psicologia na comunidade buscava (Andery, 1984) propor o social através da consideração dos fatores sócio-ambientais, das intervenções sócio-comunitárias, com maior enfoque na prevenção do que a posvenção e objetivavam a melhoria das competências sociais.

Como medidas dessa área, pautavam-se: a presença dos profissionais nos territórios em que as pessoas residiam em vez de centros distanciados; caráter de busca ativa, ou seja, ir até os clientes e não esperar sua chegada. Além disso, esses profissionais deveriam ajudar em recursos humanos da comunidade, empregando trabalhadores associados e uma adaptação das exigências tradicionais da clínica, de forma a incentivar inovações (Andery, 1984).

Em adição, também se tratava da participação da comunidade no desenvolvimento e execução dos programas sociais locais (Andery, 1984; Freitas, 2007), explanando suas demandas e preocupações; a saúde mental tinha de ser tratada de forma abrangente em vez de restrita, propondo o emprego, educação e habitação enquanto tríade necessária para a manutenção da mesma, tal como problemas estruturais como a pobreza, racismo, entre outras.

Dessa forma, a Psicologia na Comunidade:

[...] pretende aproximar-se das classes populares, ajudando-as na conscientização de sua identidade psicossocial de classes submissas e dominadas, como primeiro passo para uma superação dessa degradante situação de submissão [...] deverá assim colocar os recursos da Psicologia em prol do processo de libertação. (Andery, 1984, p. 207).



Podemos perceber o movimento radical que é essa aproximação com a classe trabalhadora, no sentido de buscar compreender e conscientizar as demandas pelas raízes, não apenas trazendo discursos e soluções superficiais, redundantes e limitadas pela perspectiva liberal.

Freitas (2007) corrobora com este pensamento ao dizer que foi o envolvimento e engajamento do psicólogo junto aos movimentos organizados e populares que foram a aurora dessas práticas.

Já o termo “Psicologia Comunitária” foi utilizado a primeira vez na Conferência de Swampscott no ano de 1965, referindo-se a uma coleção de conhecimentos e práticas que falam sobre o desenvolvimento psíquico e social das comunidades (Góis, 1994).

No Brasil, o termo começou a ser utilizado e respeitado entre os estudiosos de Psicologia partir da década de 1980 (Freitas, 2007), sendo primeiramente usado na publicação de D’Amorim “A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas” (1980), e por Silvia Lane (1981) na conferência “Psicologia comunitária na América Latina” no I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade da PUC de São Paulo.

A significação destes trabalhos, chamados de Psicologia Comunitária, está no fato deles explicitarem uma prática da psicologia social, anunciando seu compromisso político e permitindo que as críticas feitas às teorias psicologizantes e a-históricas sejam evidenciadas (Freitas, 2007, p. 66).

Montero (1982), conceitua a Psicologia Comunitária como uma área da Psicologia que objetiva o estudo das condições psíquicas e sociais que o permitem o desenvolvimento, manutenção e poder que os indivíduos sobrepõem nos lugares onde vivem. Dessa forma, abrangem a esfera individual e/ou social, a fim de solucionar demandas que os atingem e realizar transformações nesses locais e estruturas sociais.

Para Domingues e Franco (2014), trazendo uma denominação mais atual, a define de acordo com o âmbito em que ela é aplicada, podendo significar tanto a oferta de serviços de psicologia para pessoas que não têm acesso por conta da pobreza ou para falar sobre ocorrências comunitárias enquanto objetos de estudo e intervenção.



Por fim, na década de 1990, com a expansão nacional dos trabalhos dos profissionais de psicologia em vários âmbitos e setores, foi utilizado pela primeira vez o termo Psicologia da Comunidade. Essa, de acordo com Freitas (2007) refere-se às práticas que são realizadas com a inclusão do psicólogo em algum setor público - e privado - da sociedade, como postos de saúde, secretarias, instituições penais, dentre outros. Destarte, ela apresenta como objetivos:

[...] ampliar e democratizar o fornecimento dos serviços, de diversas áreas, para a população geral. Trata-se [...] de uma atuação que passa a ser desenvolvida como uma demanda solicitada por uma instituição. É uma atividade que surge associada ao contexto do trabalho social na área de saúde [...] (Freitas, 2007, p. 70).

Nesse sentido, se percebe problemáticas e questões relacionadas à saúde coletiva (Freitas, 2007), onde o psicólogo atua como um profissional da saúde, fazendo com que a psicologia passe a ser vista como uma profissão da saúde.

Freitas (2007) reforça que, embora os três termos tenham surgido em épocas e situações diferentes, as três existem e coexistem simultaneamente, demonstrando a “diversidade teórica, epistemológica e metodológica no desenvolvimento desses trabalhos em comunidade pelos psicólogos” (p. 71).

Indo de encontro com esse breve passeio na comunidade e na realidade latino-americana, juntamente ao afunilamento desta para o contexto brasileiro, evidenciamos o questionamento de Silvia Lane (1996): “Seria a comunidade possível numa sociedade capitalista baseada na ideia de competição? Ou ela é uma utopia que se pretende atingir algum dia?” (p. 19).

A Psicologia, enquanto ciência e instrumento de transformação, precisa alinhar seus interesses com o da comunidade enquanto um segmento que rompe com ideias hegemônicas. É isso o que preconiza a Psicologia Social Comunitária, surgindo como um ponto de contradição em meio ao neoliberalismo da Psicologia Tradicional que está ligada a tantas barbáries no passado e que tanto se cega aos delitos do presente.



3. UM APROFUNDAMENTO SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA

Como visto anteriormente em nossa discussão e reafirmando através de Cruz et al., (2014), é a partir da década de 1960, com o descontentamento da Psicologia hegemônica com seus modelos individualistas e elitistas que vai nascer um processo de formação de um grupo de uma minoria de estudantes e professores dos grandes centros urbanos que já trabalhavam em setores mais empobrecidos da sociedade, permitindo a produção do que hoje conhecemos como Psicologia Social Comunitária.

Essa psicologia buscava uma prática diferenciada, objetivando o encontro com a população e distanciando-se da característica elitista que apenas as classes dominantes tinham acesso. Assim, pontuando uma psicologia com o caráter latino-americano. Havia o esforço para o questionamento da falta de contextualização e a reafirmação da subordinação colonial aos países capitalistas de centro, e, conseqüentemente, à dominação de classe (Costa; Mendes, 2021).

Farfán (2022) acrescenta que desse movimento para uma nova epistemologia crítica, surgiu uma crítica intelectual que buscavam a releitura e “tradução” de disciplinas como o Marxismo, a Psicanálise e a Filosofia. No contexto mundial (Cruz et al., 2014) entre as décadas de 1950 e 1960, com o fim da Guerra Fria e o embate ideológico que atravessou também a psicologia e os fazeres na comunidade, houve o questionamento fortíssimo acerca dos conhecimentos produzidos e também sobre o fazer psicológico. As indignações quanto a psicologia hegemônica e a necessidade de mudar essas práticas manicomialistas, brancas, cisheteronormativas, elitistas, racistas e orientalistas para entrar em consonância com a realidade da maioria da população se tornaram os grandes combustíveis na trajetória da construção da Psicologia Social Comunitária com sua essência latino-americana.

Na década de 70, a população começaria a criar estratégias de luta e resistência à ditadura militar através de movimentos organizados como “associações de bairros, de entidades de defesa do cidadão e da anistia, de movimentos contra a carestia e o alto custo de vida, de grupos de educação popular e pastorais do operário, do menor e da mulher” (Freitas, 2007, p. 63). A autora elenca que profissionais de diversas áreas se uniram a esses setores populares, participando de forma direta e indireta, e, através disso, possibilitando produções



em que se estudavam essas atividades e fenômenos como a conscientização e participação política da população.

Entre esses movimentos, ocorreu o laço de comprometimento de psicólogos, unidos a essas organizações, suscitando-os a se debruçar sobre essas demandas distintas das quais estavam acostumados e viabilizando atividades como reuniões e discussões sobre as necessidades daquela população, suas condições de vida, negligências culturais, educacionais e de saúde, oferecendo psicoterapia gratuita e participando em mobilizações como passeatas, abaixo-assinados e protestos contra as péssimas qualidades de existência (Freitas, 2007).

A Psicologia Social Comunitária nasce em nosso continente em contraposição ao modelo hegemônico e tradicional guiados pela falta de criticidade da área e sua subordinação a Psicologia Norte-americana. Essa Psicologia buscava o enfrentamento do subdesenvolvimento da América Latina e as consequências que isso causava sobre o papel dos indivíduos e grupos (Montero, 2004).

Nesse aspecto, Maritza Montero (2004) salienta que diversas formas qualitativas de pesquisa começaram a ser reaplicadas, resgatadas e reivindicadas nos muitos países latinos que passavam por fortes ditaduras políticas. Como exposto por Cruz et al., (2014):

Na conjuntura histórica e política da América Latina, o clima de terror e a perda de direitos humanos básicos, a violência manifestada e impigida em diversos contextos e dinâmicas sociais, mesmo mais privados, a exclusão social dos direitos básicos como moradia, saúde, educação e emprego, ao lado de uma constante opressão e submissão, com marcas indelévels do sistema ditatorial, configurava um processo social que não poderia ser simplesmente negado (...) intentava-se uma psicologia que rompesse com a dualidade entre social e individual, que eliminasse a visão individualista e psicologizante, que propusesse trabalhar com grupos, que refletisse sobre as questões e problemáticas emergentes das próprias comunidades, reconhecendo as necessidades desses setores para, através da partilha de práticas e saberes, potencializar estas comunidades como a autonomia no cotidiano das relações. (p.77-78).

No Brasil, como grande marco para a permanência dessa psicologia social crítica, política, histórica e atenta à realidade concreta da população, obtivemos a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1980. Na década seguinte, obtivemos a inserção do psicólogo em diversas áreas e dispositivos para a população em geral (Freitas, 2007),



caracterizando-se como uma profissão ligada à saúde e a produção de uma diversidade teórica, metodológica e epistemológica dos trabalhos realizados na comunidade.

Isto posto, relembremos o que Martín-Baró (1987) nos traz a respeito do papel do psicólogo nesses dispositivos para a população e a importância de se discutir os direitos como a segurança, educação, cultura, habitação, saneamento, lazer e relações igualitárias, tanto de gênero, etnias e de trabalho. Esta é uma forma dialética (CRUZ, et al., 2014) de se ver a psicologia. Nessa visão, o homem é psicossocial. Ou seja, ele é produto e produtor da própria história (Leontiev, 1978).

Dessa forma, essa nova psicologia dialética coloca-se como uma forma de resistência epistemológica e oposição à ordem social vigente e ao pensamento ideológico das classes dominantes (Gramsci, 1978).

Campos e Guareschi (2000), indicam que, no século XX, haviam três marcações importantes que contribuíram para o que entendemos sobre a Psicologia Social, incluindo a Psicologia Social Comunitária. A primeira vai ser a Psicologia Das Multidões, que tem origem na Europa no início do século XX e que vai ser uma resposta às indagações colocadas sobre os movimentos sociais urbanos nas sociedades capitalistas modernas.

Em segundo lugar aparece o modelo da Psicologia da Opinião Pública, que surge a partir das questões postas pelo funcionamento das democracias modernas que são baseadas na síntese de milhares de pontos de vista individuais. E, por fim, fala sobre o modelo da Psicologia Social Comunitária que tem como base o pluralismo cultural e a ética igualitária que se visualizou no final do século XX.

Destarte, Cruz et al. (2014), explanam que a Psicologia Social Comunitária se refere a uma área de trabalho interdisciplinar com comprometimento político e social para com a promoção de saberes e práticas que facilitem a formação de um contexto relacional com mais igualdade e visando a emancipação do sujeito através da dialética. Através dela, o sujeito pressiona a realidade, aprofundando a análise das demandas, não se satisfazendo com a superficialidade. Há o questionar, a inquietação e a autenticidade, nutrindo-se do diálogo, aceitando o novo e as contradições, comprometendo-se com o mundo. Góis (1994), incrementa que esta é uma área em que se considera o sujeito constituído a partir de sua realidade sócio-histórica, inserido em uma estrutura de classes, numa específica localidade



geográfica e histórica, perpassado por um campo ideológico social, cultural, simbólico e econômico.

Objetivando, dessa forma, o aprimoramento de uma identidade comunitária a partir de uma consciência da forma existencial de onde vive e do interesse interdisciplinar que atravessa o desenvolvimento e a organização da comunidade, mas visando, sobretudo, a construção do sujeito inserido nela.

Percebe-se que a origem da Psicologia Social Comunitária é uma resposta ao descontentamento e indignação com os fazeres da psicologia tradicional. Essa nova abordagem busca uma prática inclusiva e contextualizada, evitando o elitismo e o eurocentrismo, resistindo à ordem social e impondo-se aos desafios encontrados na realidade latino-americana, assim, objetivando a emancipação do sujeito.

4. OS FAZERES DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, SEUS ENTRELAÇAMENTOS E EMBATES À LÓGICA INDIVIDUALISTA

A Psicologia Social latino-americana, O ponto de referência da Psicologia Social latino-americana é a da construção e transformação crítica (Cruz et al., 2014), baseada na reação dialógica ou dialogismo⁸ (Bakhtin, 2010) entre os pesquisadores e sujeitos da pesquisa, enfatizando-se a ciência e a transformação social pois é um termo dentro da Psicologia Crítica, pois abrange uma propositura de crítica da sociedade, da psicologia e visa a contribuição de um projeto emancipatório.

Dentre as alternativas do fazer psicológico crítico e dialético, Lane (2002) lista a Teologia da Libertação; Freitas (2007) elenca a Pedagogia da Libertação de Paulo Freire (1979); Góis (1980) cita a "De pé no chão também se aprende a ler" e Farfán (2022) enfatiza a Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1986).

⁸ É um princípio das obras de Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov. O dialogismo é a forma de funcionamento real da linguagem, sendo relações entre índices sociais de um princípio que constitui a interação social; são relações de sentidos que se compõem entre os enunciados, nos quais não há enunciação e nem interação. (Bakhtin, 2010; Fiorin, 2008; Faraco, 2009).



Priorizando as necessidades que a população apresenta e a heterogeneidade da comunidade, o psicólogo deverá intervir de forma romper com hierarquias de saber-poder para então compreender essa população de forma adequada. Situar-se nesses locais é perceber que:

[...] a comunidade tem padrões diferentes do saber técnico-científico, mas este saber popular tem igualmente a capacidade de assumir uma postura dialógica de comunicação e propositiva de ações e estratégias para executá-la (Cruz et al., 2014, p. 91).

Para Marx (1844/2010) o sujeito do capitalismo é um ser dissociado do social e dos outros. É o ser da propriedade privada, um indivíduo privado, com interesses individuais. Este é um indivíduo da classe trabalhadora, explorado, que vende sua força de trabalho para os burgueses que detém o poder aquisitivo e em sua produção se reflete o quanto vale para o mundo.

Sem os meios de produção e alienado, separado dos seus e em relação de estranhamento para com o mundo em que produz e é produzido, esse sujeito acaba se tornando à parte de si mesmo enquanto ser humano (Costa; Mendes, 2021).

Portanto, é mais uma peça em um grande mecanismo em funcionamento, um organismo sem história. Essa é uma realidade concreta que provém de uma crítica que Marx fez a Proudhon (Marx, 1847 apud Costa; Mendes, 2021), no qual essa pessoa sem historicidade se torna a única base possível da sociedade, impossibilitando a construção ou a mudança de outro ser como ele ou outra sociedade. No sentido da Psicologia, esse ser configura suas mudanças no plano das ideias (Costa; Mendes, 2021) em que a transformação da realidade concreta não é sequer pensada, pois a ideia de mudança parte da forma como esse indivíduo percebe o mundo ao seu redor.

Em contraposição a essa Psicologia do indivíduo privado, a Psicologia Social Comunitária, com bases críticas e políticas, concebe que cada comunidade produzirá demandas diferentes, porém, semelhantes em alguns aspectos estruturais, pois estão situadas num modelo econômico que visa sua exploração e a expõe a múltiplas vulnerabilidades (Costa; Mendes, 2021).

Num contexto latino-americano, permeado por uma história completamente diferente de outros continentes e com países muito diferentes entre si, se faz necessária uma perspectiva

que parte do povo para a teoria e não ao contrário. Simultaneamente, é necessária a superação da dependência da Psicologia Latino-Americana das psicologias norteamericanas e europeias. (Costa; Mendes, 2021; Pavón-Cuéllar, 2022).

Destarte, ela tem como interesse o coletivo e as comunidades (Cruz et al., 2014) através do posicionamento social e ênfase nas minorias oprimidas, bem como aos movimentos sociais, estabelecendo enquanto propósito a transformação social e individual, não excluindo e ignorando os fatores psicossociais e culturais, mas incorporando as culturas populares e a contribuição social como ferramenta de luta e conscientização.

Com esses posicionamentos, objetiva-se o fim da exploração capitalista e suas consequências, tais como a desigualdade, exclusão e expropriação do homem pelo homem.

À vista disso, a Psicologia Social Comunitária (Oberg, 2018), se estabelece enquanto uma área de conhecimento, tendo como base um apoio interdisciplinar de Campos como a História, Antropologia e Sociologia, colocando-se como uma ponte da Psicologia - que ocupa um espaço limítrofe entre as Ciências Humanas e as Ciências da Saúde em algumas universidades - com as Humanas e Sociais.

Silvia Lane (1996), em seu texto "Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil", revisa as práticas associadas à Psicologia Comunitária na década de 1980, explorando a relação entre comunidade e capitalismo. Ressaltou-se práticas que atuavam diretamente com a população em seu lócus, percebendo que os desafios enfrentados pela população perpassa o âmbito da falta de infraestrutura, baixos salários, violência urbana e perda de identidade cultural, dentre outras demandas. Destarte, foram realizadas ações que visavam conscientizar politicamente a comunidade por meio de reuniões em grupo, incentivando a união e a transformação cotidiana, intervenção crítica e organização política como ferramenta de conscientização.

Dessa forma, enfatizou-se como papel do psicólogo o resgate da individualidade e da subjetividade, rompendo com a perspectiva biométrica (Angerami-Camon, 2002), onde se visualiza a dinâmica da definição do eu pelo outro, do sujeito pela sociedade, consequenciando numa perda de identidade e limitando o sujeito a um prontuário, um ser dissociado da realidade concreta e de sua história.

A respeito de trabalhos comunitários na zona rural, Lane (1996) relata que, a partir da década de 1940, foram formados Centros Sociais que tinham o apoio da Igreja Católica. Esses adotaram um caráter assistencialista, contando com a presença de assistentes sociais e órgãos do governo, criando equipes itinerantes com vários profissionais, objetivando a organização de grupos locais e a perpetuação de seus trabalhos voltados à educação.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve a estruturação da Guerra Fria e de seus dois pólos dicotômicos, um socialista e um capitalista, liderados respectivamente pela antiga União Soviética e os Estados Unidos. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas, patrocinada pelos EUA, desenvolveu um programa de desenvolvimento de comunidades no Brasil, utilizando-se de uma intensa propaganda anticomunista (Baima; Guzzo, 2020), visando obter o domínio ideológico, político e econômico de regiões ainda consideradas "neutras". A América Latina, enquanto continente marcado por intensa desigualdade social, ficou vulnerável aos ataques estadunidenses que, entendendo-nos enquanto possíveis adeptos à ideologia socialista, intervieram de forma a fortalecer seus interesses.

Dessa união, nasceu a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), incorporada ao Ministério da Agricultura (Ammann, 1987 apud Baima; Guzzo, 2020). A CBAR se consolidou com a formação de quadros industriais e urbanos, cooptando a classe trabalhadora brasileira, tanto rural quanto urbana, aos programas de modernização norte-americanos.

Os objetivos desses centros em 1951 eram de construir uma organização democrática, e suas principais atividades eram voltadas ao desenvolvimento de indivíduos e sociedade (Lane, 1996). Mas em troca disso, exigiam alguns posicionamentos, como a participação dos cientistas sociais positivistas (o que perpetuava um discurso paternalista, crendo que a igualdade social poderia fomentar os pilares sociais, econômicos e políticos do capitalismo monopolista).

Estudos realizados por Patrícia Maria G. C Mortara (1989, apud Lane, 1996), num Centro Comunitário no interior de São Paulo exploraram bastante como essas comissões afetaram a realidade concreta da classe trabalhadora. Fazendo uso de entrevistas abertas e análise de representações sociais dos moradores dessa localidade, analisou-se a consciência social. Como resultado, Lane (1996) expôs que percebeu uma relação afetiva entre empregados e

patrões, pois era comum o pensamento de que seus maus salários eram culpa do governo, não da exploração de seus superiores.

Isso denunciou como esses trabalhos comunitários foram transformados em uma manipulação na subjetividade e crenças desses agricultores. Dessa forma, o idealismo e o individualismo surgiam como uma barreira quase impenetrável para o fortalecimento da conscientização fragmentada deles.

Na mesma lógica de trabalhos em comunidade, César Góis (1990, apud Lane, 1996) realizava atividades numa vila de pescadores afetada pela presença do poder industrial que se expandia de modo a explorar todos os pescados, dificultando a formação de renda e a sobrevivência alimentar dessas famílias. Na fase final dos trabalhos de sua equipe nessa vila e com as práticas de conscientização e autonomia, a comunidade não dependia mais da presença desses pesquisadores no local; eles iam por reforço e esporadicamente, pois a organização dos moradores já realizavam atividades de forma autônoma.

Em todos os estudos citados acima, foram construídas ações em prol da promoção de questionamentos acerca da realidade social e a conscientização política, econômica e cultural para o fortalecimento da classe trabalhadora. A Psicologia Social Comunitária, em vez de resguardar-se em um aspecto clínico, individualista e apolítico, colocou-se enquanto ferramenta de transformação, ação e coletividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a importância que os trabalhos em grupo transferem para o conhecimento da realidade, sendo estes, instrumentos de conscientização e tomada de decisão conjunta. Esses trabalhos, além de fornecer os meios para que os cidadãos possam construir um espaço seguro de trocas e valorização de ideias que desenvolvam seus espaços de moradia e a melhoria de suas vidas, promovem, também, o resgate de suas identidades enquanto classe trabalhadora, latina-americana, majoritariamente composta por negros, pardos, indígenas. Minorias exploradas, localizadas na base da pirâmide feroz do capitalismo, que os impedem de ter até mesmo de exercer seus direitos básicos (Lane, 1996).



Nesse sentido, o papel da Psicologia nesse processo é fundamental, tanto por sua posição enquanto ferramenta de conscientização e autonomia (Martín-Baró, 1986), como por uma dívida histórica que se mantém por suas posturas dominante, elitista e que segregou por tantos anos as minorias mais vulneráveis de seus discursos e estudos.

Embora haja, atualmente, o movimento mais crítico da Psicologia na academia, percebe-se que suas ações não ultrapassam a ordem da denúncia dessas posturas hegemônicas e contraposição ao tradicionalismo da profissão (Costa; Mendes, 2021). Não critica-se, aqui, essas ações que, como visualizadas na discussão desse trabalho, são imprescindíveis para uma atuação responsável e consciente. Mas pede-se propostas de intervenção que atuem no mundo concreto, até mesmo para a categoria profissional.

REFERÊNCIAS

- ANGERAMI-CAMON, V.A. (org). **Psicologia da Saúde: Um novo significado para a prática clínica**. Pioneira: São Paulo, 2002.
- ANDERY, Alberto Abib. Psicologia na comunidade. In: LANE, Silvia T.M.; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento**, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BAIMA, Larissa Soares; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Comunitária e Participação: Apontamentos Históricos e Considerações sobre o Modelo do Desenvolvimento Comunitário. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 993-1013, Dec. 2020. Available from <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000300016&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2023. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.54362>.
- COSTA, Pedro Henrique Antunes da.; MENDES, Kíssila Teixeira. A miséria da psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1–17, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e4113>. Acesso em 09 de julho de 2022.
- CRUZ, Lílian Rodrigues da; Freitas, Maria de Fátima Quintal de; AMORETTI, Juliana. Breve história e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo. **Introdução à Psicologia Comunitária - Bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.
- ESPÓSITO, Roberto. **Communitas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.



ETZIONI, A. 2007. **La dimensión moral**: hacia una nueva economía. Madrid, Astor Juvenil Palabra, 364 p.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FARFÁN, Nicolás Armando Herrera. Vuelta de Tuerca, Golpe de Timón. Profundización del neoparadigma psicosocial latinoamericano. In: MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. da. **¿Nuestra América, nuestra psicología?**: psicología, crítica(s), caminos possíveis. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. pp. 54-80.

FERNANDO LACERDA JR. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 3, p. 216–263, 2015. Disponível em: <<https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/110>>. Acesso em 31 de janeiro de 2024.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Contextol, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GÓIS, Cezar Wagner Lima. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

LAZZARI, Artur; MAZZARINO, Jane M.; TURATTI, Luciana. Comunidade: a busca de um conceito. **Revista Espacios**, v. 38, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n03/a17v38n03p04.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

LANE, Sílvia TM et al. **Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. Psicología Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia, v. 11, p. 17-34, 1996.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, 1997, pp. 7-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>. Acesso em 03 de julho de 2022.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma Psicologia da Libertação. **Boletín de Psicología**, v. 22, 1986. p. 219-231.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004.

OBBERG, Lurdes Perez. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 709-728, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18n2/v18n2a18.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Colonialismo, subjetividad y psicología en América Latina: De lo originario a lo anticolonial pasando por lo poscolonial y lo decolonial. In: MENDES, Kissila



Teixeira; Antunes, Pedro Henrique da Costa. **¿Nuestra América, nuestra psicología?:** psicología, crítica(s) e caminhos possíveis. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. pp. 23-51.

SAWAIA, Bader Burihan. COMUNIDADE: A APROPRIAÇÃO CIENTÍFICA DE UM CONCEITO TÃO ANTIGO QUANTO A HUMANIDADE. In: Campos, Regina Helena de Freiras (org.). **Psicologia Social Comunitária - da solidariedade à autonomia**. 8ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

SCHMIDT, J. P. Comunidade e comunitarismo: considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 47, n. 3, 2011, pp. 300-313. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/938/93821299014.pdf>>. Acesso em 31 de janeiro de 2024.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 541-561, ago. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril de 2023. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p541-561>.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **"A natureza da comunicação popular e comunitária"**. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, SP: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0154-1.pdf>>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

